

Sementes São Francisco S.A.
CNPJ/MF nº 09.022.330/0001-52

Demonstração

Ativo	Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			Demonstração das Mudanças do Patrimônio			Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Capital Social	Reserva de Incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de lucros acumulados	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Ativo circulante				Passivo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	5	101.801	141.067	Fornecedores	14	24.346	9.450					223.780
Contas a receber	6	146.662	106.643	Salários e obrigações sociais		1.203	694					(18.000)
Estoques	7	82.250	62.796	Obrigações tributárias	15	14.004	913					98.163
Impostos a recuperar	8	13.556	4.020	Provisão de férias, 13º salário e encargos		1.887	1.191					(86.108)
Adiantamentos	9	5.094	887	Adiantamento de clientes	16	1.810	4.477					(12.055)
Outros créditos	10	6.177	5.043	Passivo de arrendamento		253	852					13.157
Total do ativo circulante		355.540	320.456	Outras obrigações	17	21.371	9.293					
Ativo não circulante				Total do passivo circulante		64.874	26.870					
Realizável a longo prazo				Passivo não circulante								
Impostos a recuperar	8	4	236	Tributos diferidos	26	—	1.735					
Tributos diferidos		279	—	Partes relacionadas	11	—	15.700					
Investimentos		5.822	3.690	Passivo de arrendamento		298	2.305					
Ativo de direito de uso		506	2.700	Provisão para contingências	26	34.537	—					
Imobilizado	12	172.964	23.282	Total do passivo não circulante		34.835	19.740					
Intangível	13	19.614	195	Capital social	18.1	435.091	127.950					
Ativo de indenização	26	34.537	—	Reserva de incentivos fiscais		400	162.842					
Total do ativo não circulante		233.726	30.103	Reserva legal		2.730	—					
Total do ativo		589.266	350.559	Reserva de lucros		51.336	13.157					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.												
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)												
1. Contexto operacional – A Sementes São Francisco S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Rio Verde-GO, e tem como objeto social a compra, venda, importação, exportação e representação de insumos agrícolas e de produtos agrícolas destinado à semente e à indústria, beneficiamento de sementes próprias, a prestação de serviços de beneficiamento de sementes de terceiros e a prestação de serviços de análises de laboratório. O exercício societário da Companhia tem início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro de cada ano. Em 08 de abril de 2024, a Sementes São Francisco S.A. alterou sua natureza jurídica de Sociedade Limitada (Ltda) para Sociedade Anônima (S.A.), conforme aprovado em assembleia geral extraordinária. Essa mudança visa ampliar o capital social, melhorar a governança corporativa e possibilitar o acesso ao mercado de capitais. Não houve impacto nos princípios contábeis aplicáveis, e os saldos patrimoniais foram transferidos para a nova estrutura com alterações no patrimônio líquido. A transformação foi	sentença das demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo se indicado de outra forma: a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrado no resultado do exercício respeitando a competência. As aplicações financeiras incluem as equivalentes de caixa, são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. b) Contas a receber: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida por estimativa com base em análise dos créditos em aberto, considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização. A avaliação da Diretoria considera o histórico do											
Demonstração dos Resultados – Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											
Saldos em 1º de janeiro de 2023		127.950	76.734									
Distribuição de lucros		—	—									
Lucro líquido do exercício		—	—									
Transferência para reservas de incentivos fiscais		—	86.108									
Transferência para reserva de lucros		—	—									
Saldos em 31 de dezembro de 2023		127.950	162.842									
Dividendos adicionais distribuídos		—	—									
Aumento de capital		307.141	(162.442)									
Lucro líquido do exercício		—	—									
Destinação para reserva legal		—	2.730									
Dividendos mínimos obrigatórios		—	—									
Retenção de lucros		—	—									
Saldos em 31 de dezembro de 2024		435.091	400	2.730	51.336	—						489.551
Fluxo de caixa das atividades operacionais:												
Lucro antes dos impostos												86.369
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais												103.231
Depreciações e amortizações												4.832
Amortização do direito de uso												—
Variação do ajuste a valor presente												(4.144)
Perda com ajuste a valor justo												8.211
Perda estimada sobre estoques não realizáveis												6.885
Perdas estimadas dos créditos de liquidação duvidosa												28.121
Valor residual de baixa do imobilizado e intangível												4.052
Rendimentos sobre as cotas de investimento												(2.376)
Juros com passivo de arrendamento												158
Imposto de renda e contribuição social diferidos												—
Bonificações												5.495
Provisões diversas												8.942
Resultado do exercício ajustado												110.213
Variações nos ativos e passivos:												115.646
Contas a receber												(31.400)
Contas a pagar												12.621
Capital social												127.950
Reserva de lucros												19.102
Reserva legal												(18.000)
Reserva de incentivos fiscais												86.108
Reserva de reservas												12.055
Reserva de resultados												13.157
Lucros acumulados												—
Total do patrimônio líquido												223.780
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)												18.000
Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)												54.605
31/12/2024 31/12/2023												54.605
Fluxo de caixa das atividades operacionais:												
Lucro antes dos impostos												86.369
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais												103.231
Depreciações e amortizações												4.832
Amortização do direito de uso												—
Variação do ajuste a valor presente												(51.329)
Perda com ajuste a valor justo												8.211
Perda estimada sobre estoques não realizáveis												6.885
Perdas estimadas dos créditos de liquidação duvidosa												28.121
Valor residual de baixa do imobilizado e intangível												4.052
Rendimentos sobre as cotas de investimento												(2.376)
Juros com passivo de arrendamento												158
Imposto de renda e contribuição social diferidos												—
Bonificações												5.495
Provisões diversas												8.942
Resultado do exercício ajustado												110.213
Variações nos ativos e passivos:												115.646
Contas a receber												(31.400)
Contas a pagar												12.621
Capital social												127.950
Reserva de lucros												19.102
Reserva legal												(18.000)
Reserva de incentivos fiscais												86.108
Reserva de reservas												12.055
Reserva de resultados												13.157
Lucros acumulados												—
Total do patrimônio líquido												223.780
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)												18.000
Demonstração dos Resultados Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)												144.690
31/12/2024 31/12/2023												

venda de produtos no curso normal, inicialmente, reconhecidas pelo valor de liquidação duvidosa é reconhecido

ao mercado de capitais. Não houve impacto nos princípios áveis, e os saldos patrimoniais foram transferidos para a

intabéis aplicáveis, e os saldos patrimoniais foram transferidos para a nova estrutura com alterações no patrimônio líquido. A transformação foi

ormalizada com o registro de documentos pertinentes na Junta Comercial do Estado de Goiás. Em 30 de setembro de 2024, houve a venda de 80% das ações da Semente São Francisco S.A, e por consequência, a mudança de controle da Companhia. A partir dessa data a companhia passa ser controlada pela holding de investimentos Private Equity Holding VII – Delta S.A, com 80% das ações em circulação da Companhia. Detalhes apresentados na nota 19 Patrimônio Líquido. Não houve impacto nos principios contábeis aplicáveis, mantendo-se os saldos patrimoniais e resultados acumulados. A nova diretoria está implementando planos de reestruturação operacional e estratégica para maximizar o valor para os acionistas e partes interessadas. Os documentos que oficializam a mudança de controle, incluindo a ata da assembleia geral extraordinária, o contrato de compra de ações e o registro atualizado na Junta Comercial do estado de Goiás, foram devidamente registrados nos órgãos competentes. **2. Base de apresentação e políticas contábeis** – As demonstrações financeiras

apresentação e políticas contábeis – As demonstrações financeiras são elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo, nota 4. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da diretoria da Companhia, cuja autorização para sua conclusão dada por esta em 28 de fevereiro de 2025. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela diretoria na gestão.

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras são preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da diretoria da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão vulgarizadas na Nota 3. As demonstrações financeiras estão expressas em reais, o Real é a moeda funcional da Companhia, elas consideram o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de forma diferente. Administração da Companhia, no processo de elaboração das demonstrações financeiras, considera que as estimativas contábeis utilizadas são consistentes com as informações disponíveis e que não existem erros ou omissione

Administradas da Companhia, no processo de elaborações das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, efetuou determinadas classificações no balanço patrimonial, nas demonstrações de resultados e fluxo de caixa de 31 de dezembro de 2023 para melhor comparabilidade. As reclassificações efetuadas estão demonstradas abaixo e não impactaram o resultado anteriormente apresentado tampouco indicadores financeiros da Companhia. • No balanço patrimonial, no saldo de 31 de dezembro de 2023, foi realizado apresentação líquida do imposto diferido de passivo, foi realizada a reclassificação de R\$ 19.529 do ativo para o passivo de diferido passivo. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.2. Conversão em moeda estrangeira:** a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Sociedade atua ("a moeda funcional ou a 'lira'"). Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. b) **Transações e saldos:** Quando aplicável, as operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são "remensurados". Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos são apresentados na demonstração do resultado como despesa financeira. **2.3. Ativos e passivos financeiros:** 2.3.1. **Classificação:** A Companhia classifica seus instrumentos financeiros com base na finalidade da posse: i) ativos financeiros de investimento, j) ativos financeiros de operação.

se no propósito, finalidade e características pelos quais foram adquiridos e resguardados inicialmente pelo valor justo. Subsequentemente os ativos financeiros são classificados entre custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.2. Reconhecimento e Mensuração: O reconhecimento de um ativo financeiro ocorre na data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os investimentos são, inicialmente, conhecidos pelo valor justo, com exceção das contas a receber que são conhecidas pelo preço de transação, somados os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou a emissão do ativo ou passivo financeiro. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos a receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado líquido, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas), líquidas" no período em que ocorrem. Os valores dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços de negociação na data de fechamento, se um ativo financeiro não possuir mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contabilizadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de especificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela diretoria da própria Companhia.

2.3.3. Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por um valor superior ao seu valor recuperável. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são reconhecidas imediatamente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou não no pagamento dos juros ou principal; (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: Mudanças adversas na situação do engajamento dos tomadores de empréstimo na carteira; condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências.

as premissas necessárias e, isoladas, que se consideram em comum os incumprimentos sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente só pode ser reconhecida na demonstração do resultado.

2.3.4. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.3.5. Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as alterações são contabilizadas no resultado. Em 31 de dezembro de 2023, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Em 2024, existiu uma operação de derivativo não significativa.

Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras – O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, opiniões formais de especialistas, quando aplicável, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (a) Vida útil de ativos de longa duração: a diretoria realiza revisão da vida útil dos principais ativos com vida útil definida anualmente. (b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida útil e ativos de vida útil indefinida: anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil indefinida e, quando necessário, realiza eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil definida. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras da Caixa (UGCs) são determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 2.3.3.). (c) Realização e obsolescência dos estoques: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 4 (c). (d) Análise de risco de crédito para determinação das perdas esperadas para créditos em liquidação duvidosa: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 4 (d). (e) análise dos demais riscos para determinação de provisões, inclusive contingências: provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para sua liquidação. A avaliação da probabilidade de perdas inclui a avaliação de evidências das

créditos em aberto, considerada suficiente para cobrir eventuais despesas na realização. A avaliação da Diretoria considera o histórico do

nte, a situação financeira e a posição de nossos assessores jurídicos ao recebimento desses créditos para constituição dessa estimativa perdas. c) **Estoques:** Avaliados ao custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição dos estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Quando necessário, os estoques são liquidados por provisão para perdas por obsolescência, deterioração ou uso giro. d) **Operações de arrendamento mercantil:** Os direitos de uso operativos e passivos de arrendamentos correspondem a contratos de arrendamentos da unidade de beneficiamento, prédio administrativo e salas comerciais das filiais, superiores a doze meses, de valor substancial e uso intenso. As definições de arrendamento contidas na IFRS 16 (CPC 06) são aplicadas a todos os contratos vigentes. No início do contrato, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, que representa a obrigaçao de efetuar os pagamentos relativos

que, representava a obrigatoriedade de efetuar os pagamentos relativos ao ativo subjacente do arrendamento. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado na data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto já incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo obtido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. As opções de prorrogação e/o renovação ou da rescisão antecipada dos contratos são analisadas individualmente considerando o tipo de ativo envolvido, bem como a sua relevância no processo produtivo da Companhia. A vida útil estimada do ativo de direito de uso é determinada na mesma base dos ativos de propriedade da Companhia. Adicionalmente, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido ao valor recuperável de acordo com o CPC 01/36, quando aplicável, e reajustado pela remensuração do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontada a taxa de juro préstimo incremental. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado sempre que existir mudança: nos pagamentos futuros decorrentes de uma variação em índice ou taxa, na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido, ou na avaliação, se a Companhia exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de

cável. Subsequentemente são apresentados acrescidos de encargos ou despesas proporcionais ao período incorrido. i) **Fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes quando o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as dívidas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. j) **Demais ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, quando provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Estão demonstrados por seus valores adicionados ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário. k) **Segregação entre circulante e não circulante:** Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. l) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os decaimentos contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado são medida da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos títulos de caixa. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. m) **Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a liquidação das contingências ativas e passivas são efetuadas da seguinte maneira: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Diretoria da Companhia possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no encarceramento de tribunais, entre outras análises da Diretoria da Companhia, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria a saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os titulares envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os ativos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados somente explicativos, e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registros nas demonstrações financeiras devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e procede a ajustes quando necessário.

missas em período não superior a um ano. **(ii) Receita Operacional:** *receitas operacionais – Venda de sementes e venda de soja:* A receita é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita, ou seja, a receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade das mercadorias forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução das mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com as mercadorias vendidas, e (v) o valor da receita seja mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos incidentes sobre vendas, devoluções e abatimentos. **Receitas e despesas financeiras:** São reconhecidas conforme o prazo corrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia conclui, de modo geral, que em seus contratos de aluguel normalmente a Companhia controla os bens antes de transferi-los para o cliente. Nesses contratos geralmente se espera que a principal indicação de desempenho seja a entrega dos produtos aos clientes, desde que a receita de vendas é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do item. **(iii) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita oriundas de rendimentos de aplicações financeiras; • Receita de juros ativos; • Receita oriunda de descontos obtidos; • Receitas oriundas de ajuste a valor presente; • Despesa de juros por contratação de empréstimos, financiamentos, principalmente operações de crédito voltadas ao custeio agrícola (quando aplicáveis); • Despesas bancárias diversas; • Despesa por concessão de contos a clientes; • Despesas oriundas de ajuste a valor presente. As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo corrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **(o) Subvenções para investimentos e custeos:** As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que são cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e que são apuradas e regidas de acordo com os termos dos convênios e da legislação aplicáveis a cada benefício, conforme descrito na nota explicativa 19. Em 2023 os efeitos no resultado são registrados na contabilidade sob o regime de competência, em que a receita com subvenção é contabilizada no grupo das deduções da receita bruta – impostos incidentes, como a retratapartida, as rubricas contábeis de obrigações tributárias – passivo circulante ou impostos a recuperar – ativo circulante. A partir de 2024, de alteração na legislação conforme a Lei nº 14.789/2023, a Companhia reconhecerá mais subvenção para investimentos e custeos. **p) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social de exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 7,5%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e a contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são

despesas gerais e administrativas	22	(22.715)	(14.340)	Depreciações e amortizações	4.832	1.444
dívidas receitáveis e despesas líquidas	23	7.934	7.863	Amortização do direito de uso	—	69
área antes do resultado financeiro		55.589	72.275	Variação do ajuste a valor presente	(4.144)	51
receitas financeiras	36.592	44.805	Perda com ajuste a valor justo	—	8.211	
despesas financeiras	(5.812)	(13.841)	Perda estimada sobre cotas de investimento	6.895	12	

despesas financeiras	(5.812)	(13.841)
sultado financeiro	24	30.780

antes dos impostos	86.369	103.299	Perdas estimadas dos créditos de liquidação duvidosa	—
J e contribuição social corrente	(33.778)	(3.894)	Valor residual de baixa do imobilizado e intangível	4.052
J e contribuição social diferida	2.014	(1.182)	Rendimentos sobre as cotas de investimento	(2.376)
tro líquido do exercício	54.605	98.163	Juros com passivo de arrendamento	158
notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			Imposto de renda e contribuição social diferidos	—
emonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em			Bonificações	5.495
31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			Provisão diversas	8.942
	31/12/2024	31/12/2023	Resultado do exercício ajustado	110.213
	54.605	98.163	Variações nos ativos e passivos:	
			Contas a receber	(31.400)
			Contas a pagar	12.621

tro líquido do exercício	54.605	98.163	Compras a receber	(31.400)	12.621
outros resultados abrangentes	–	–	Estoques	(31.834)	(47.951)
sultado abrangente do exercício	54.605	98.163	Impostos a recuperar	(9.304)	(759)
<i>notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>			Adiantamentos	(4.207)	(785)
decidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis			Outros créditos	533	(4.743)
ativos e de passivos para fins de demonstrações financeiras e os			Fornecedores	10.421	4.316
dados para fins de tributação. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em			Salários, férias e obrigações sociais	1.205	461
caso aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utili-			Obrigações tributárias	(7.775)	(5.237)
dos, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros			Outras obrigações	2.590	6.661
estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos			Adiantamento de clientes	(2.667)	3.841
revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em			Imposto de renda e contribuição social pagos	(12.912)	
que sua realização não seja mais provável. Os ativos e os passivos fiscais			Disponibilidades líquidas geradas pelas		
períodos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar			atividades operacionais	24.863	84.084
diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas			Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
			Aumento em investimentos	244	(1.320)

Aumento em investimentos	244	(1.320)
Direito do uso	—	(3.357)
Aquisição de ativos imobilizado e intangível	(177.458)	(4.899)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(177.214)	(9.576)
Fluxo de caixa das atividades de finanças:		
Aumento de Capital social	144.699	
Arrendamentos contratados e reajustes	—	3.741
Variação em partes relacionadas	(15.700)	(9.912)
Contraprestações pagas de arrendamentos	(2.764)	(866)
Distribuição de lucros	(13.150)	(18.000)
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamentos	113.085	(25.030)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(39.266)	49.474
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	101.801	141.067
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	141.067	91.589
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		
	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento a fornecedores – partes		

as demonstrações financeiras, visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. Como resultado da implementação das alterações, a Companhia encerrou divulgações adicionais sobre seu acordo de financiamento com fornecedores. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão escritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 18: Representação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2014, a IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 01) Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "unidades" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações no escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) Ambiente de Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de vista para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método direto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opциonalidade à classificação dos fluxos de caixa dividendo e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros artigos.	Adiantamento a fornecedores – partes relacionadas (nota explicativa 11) Adiantamento a fornecedores (-) Redução ao valor recuperável de estoques Estoques em poder de terceiros Produto em processo (ii) Total (i) Os defensivos agrícolas estão avaliados pelo custo médio de aquisição. Inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização. (ii) Os produtos agrícolas estão avaliados pelo custo médio de aquisição, além dos custos incorridos pelo sistema de custeio por absorção (coordenado e integrado) na produção de sementes. (iii) Produto em processo refere-se ao valor das royalties das áreas inscritas dos cooperados para a safra 2025/2026.	— 54.762 (180) 11.900 9.284 82.250 62.791	40.000 (416) — — — — 62.791
8. Impostos a recuperar			
	31/12/2024	31/12/2023	
	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Descrição	Circulante	Circulante	Circulante
IRPJ (i)	680	—	3.047
CSLL (i)	—	—	812
PIS (ii)	2.320	1	15
COFINS (ii)	10.556	3	70
Outros	—	—	76
Total	13.556	4	4.020
			23.821
(i) O IRPJ e CSLL referem-se a pagamentos antecipados e estão sendo reembolsados por compensação, mediante pagamentos de impostos e contribuições devidos nas operações próprias. (ii) Tributos e contribuições federais, como PIS e COFINS, correspondem aos saldos e pedidos de resarcimento referente às aquisições de embalagens, royalties e insumos empregados no processo de industrialização, além do crédito sobre o frete.			

dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrará em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, bora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19: Subsídios sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos quanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controladora conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia não são associados publicamente, eles não são elegíveis para pela aplicação do IFRS 19. Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a IPC09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à interpretação Técnica IPC09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática em Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar efeitos materiais em relações à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A IPC09, por sua vez, não tem correspondência direta com as normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo IASB. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Documento Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas do Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Documento Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	na operação de venda, arrendamento e imobilizado.	
9. Adiantamentos	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento a fornecedores	1.265	76
Adiantamento de royalties	3.660	
Adiantamento diversos	169	121
Total	5.094	884
10. Outros créditos	31/12/2024	31/12/2023
Créditos a receber (i)	5.929	4.971
Despesas antecipadas	248	61
Total	6.177	5.042
(i) Os créditos referem-se ao RCA (Retorno do Custo de Acesso), programa de incentivo de fornecedores.		
11. Partes relacionadas – As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas em condições de preço, taxa de juros, qualidade, prazos e condições definidas entre as partes. Os saldos e transações com Partes Relacionadas estão demonstrados a seguir:		
	Ativo	Passivo
	2024	2023
Paul Henri M. M. Aernoudts Ltda. (a)	47.754	–
Mariana Jardim T. Aernoudts Ltda. (b)	1.788	4.071
SF Agrícola Ltda. (c)	9.083	2
Agropecuária São Francisco S.A. (c)	–	–
Lucas J.M. Aernoudts (d)	–	438
Wanderson Evangelista de Menezes (e)	143	92
Lavoro Agrocomercial S.A. (f)	65.666	–
	65.666	
	76.680	52.355
	Resultados	
	Receita	Custo
	2024	2023
Paul Henri M. M. Aernoudts Ltda. (a)	455	8.140
Mariana Jardim T. Aernoudts Ltda. (b)	2.075	4.606
SF Agrícola Ltda. (c)	9.236	(8.580)
Agropecuária São Francisco S.A. (c)	–	–
Lucas J.M. Aernoudts (d)	257	438
Wanderson Evangelista de Menezes (e)	156	164
Lavoro Agrocomercial S.A. (f)	67.514	(50.951)
	79.693	13.348
	(62.624)	(12.270)
(a) Acionista minoritário da Companhia a partir de 2024 e também fornecedor de sementes de soja. Até setembro de 2024, era controlador. (b) Até setembro de 2024, era acionista minoritária da Companhia. O saldo ativo e de receita refere-se, substancialmente, a venda de sementes de soja. (c) Empresas controladas por Paul Henri M.M. Aernoudts. O saldo ativo e de receita refere-se, substancialmente, a venda de sementes de soja. Saldo passivos relacionados a Agropecuária São Francisco S.A. refere-se ao arrendamento de sala comercial e da Unidade de Beneficiamento de Semente (UBS). (d) Parente de primeiro grau de Paul Henri M.M. Aernoudts. O saldo ativo e de receita refere-se, substancialmente, a venda de sementes de soja. (e) Diretor comercial da Companhia (não estatutário). O saldo ativo e de receita refere-se, substancialmente, a venda de sementes de soja. (f) A Lavoro Agrocomercial S.A. é uma empresa brasileira especializada na distribuição de insumos agrícolas, como fertilizantes, defensivos e sementes. Em 2022, a Lavoro foi adquirida pelo fundo de investimento		

Composição Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações visam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no prazo da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve aplicar a taxa de câmbio que refita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor representa a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.						
	Taxas Média de depreciação anual			31/12/2024 31/12/2023		
Descrição	Custo	lada	Líquido	Depreciação acumulada		Líquido
Edifíc. e Benefeitórias	5,17%	89.385	(1.364)	88.021		14.971
Máq. e equip. agrícolas	27,02%	34.450	(5.622)	28.828		4.981
Veículos e motores	42,52%	2.057	(488)	1.569		10.100
Móveis e utensílios	20,68%	351	(95)	256		15.481
Equip. de informática	39,26%	1.098	(440)	658		48.481
Imob. em andamento		53.632		53.632		2.573
Total		180.973	(8.009)	172.964		23.284
As vidas úteis e valor residual dos bens foram revisados seguindo as orientações do pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado. A Diretoria da Companhia realizou análise do “impairment” e concluiu não haver necessidade de constituir provisão para recuperação de seus ativos.						
b) Movimentação do custo						
Descrição	31/12/2023 Adições(i) Baixas Transf. 31/12/2024					
Edificações e	15.620	76.232	(2.798)	331		89.381
Benefeitórias	8.616	21.101	(267)	5.000		34.450
Máq. e equip. agrícolas	296	1.761	–	–		2.057
Veículos e motores	232	151	(32)	–		351
Móveis e utensílios	858	352	(122)	10		1.098
Equip. de informática	2.572	58.100	(1.699)	(5.341)		48.481
Total custo de aquisição	28.194	157.697	(4.918)	–		180.973
(i) Em Agosto de 2024, foram adquiridos os ativos operacionais, que pertenciam do antigo controlador. Os ativos foram avaliados e adquiridos pelo valor de R\$ 99.057. Esse montante foi pago ao antigo controlador em 30/09/2024. c) Movimentação da depreciação						
Descrição	31/12/2023 Adições Baixas 31/12/2024					
Edifíc. e Benefeitórias	(646)	(1.411)	693			(1.364)
Máq. e equip. Agrícolas	(3.630)	(2.162)	168			(5.624)
Veículos e motores	(189)	(299)	–			(488)
Móveis e utensílios	(78)	(33)	17			(94)
Equip. de informática	(369)	(134)	64			(439)
Total	(4.912)	(4.039)	942			(8.009)
d) Movimentação do custo						
Descrição	31/12/2022 Adições Baixas Transf. 31/12/2023					
Edifíc. e Benefeitórias	716	–	–	14.904		15.620
Máq. e equip. agrícolas	8.328	176	–	112		8.616

Sementes São Francisco S.A.									
13. Intangível – a) Composição do saldo									
31/12/2024 31/12/2023									
Taxas de Depre- Depre- ciação acumu- ciação anual Custo Iada Liquido Liquido									
Descrição Software									
20,00% 280 (162) 118 195									
Direitos de exclusividade (i) 12,12% 19.683 (187) 19.496									
Total 19.963 (349) 19.614 195									
i) Contrato de exclusividade de fornecimento de sementes de soja por 9 anos com as empresas Paul Henri M. Aernoudts Ltda., Mariana Jardim T. Aernoudts Ltda. e SF Agrícola Ltda.									
b) Movimentação do custo									
Descrição 31/12/2023 Adição Baixas 31/12/2024									
Software 358 78 (156) 280									
Direitos de exclusividade 19.683 19.683									
Total 358 19.761 (156) 19.963									
c) Movimentação da amortização									
Descrição 31/12/2023 Adição Baixas 31/12/2024									
Software (163) (79) 80 (162)									
Direitos de exclusividade (187) – (187)									
Total (163) (266) 80 (349)									
d) Movimentação do custo									
Descrição 31/12/2022 Adição Baixas 31/12/2023									
Software 357 1 – 358									
e) Movimentação da amortização									
Descrição 31/12/2022 Adição Baixas 31/12/2023									
Software 123 40 – 163									
14. Fornecedores									
Descrição 31/12/2024 31/12/2023									
Fornecedores 25.200 9.964									
Outros – (136)									
Subtotal 25.200 9.828									
(f) Ajuste a valor presente – fornecedores (854) (378)									
Total 24.346 9.450									
Substancialmente, transações para aquisições de sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas no mercado interno. O valor presente é calculado com base nos encargos financeiros cobrados em cada operação e ajustado proporcionalmente até o fim de cada exercício. A taxa aplicada nos exercícios de 2024 e 2023 foi de 1,03 e 1,2%. A composição dos fornecedores por vencimento é a seguinte:									
Período 31/12/2024 31/12/2023									
Valores vencidos:									
Até 30 dias – 749									
Entre 31 e 60 dias 232 –									
Entre 61 e 180 dias 1.065 –									
Acima de 180 dias 1.174 –									
Valores a vencer:									
Até 30 dias 3.329 1.946									
Entre 31 e 60 dias 454 –									
Entre 61 e 180 dias 20.824 2.324									
Acima de 180 dias 361 2.704									
Outros – (136)									
Total 25.200 9.828									
Capital social									
Participação % Quotas Capital subscrito R\$ (-) Capital a integralizar R\$ Capital total									
Private Equity Holding VII – Delta S.A. 80,00% 310.260.151 348.073 – 348.073									
Paul Henri Madelaine Maria Aernoudts 20,00% 77.565.038 87.018 – 87.018									
Total 100,00% 387.825.189 435.091 – 435.091									
Capital social									
Participação % Acões Capital subscrito R\$ (-) Capital a integralizar R\$ Capital total									
Paul Henri Madelaine Maria Aernoudts 90,00% 115.155.000 115.155 – 115.155									
Mariana Jardim Taveira Aernoudts 10,10% 12.795.000 12.795 – 12.795									
Total 100,00% 127.950.000 127.950 – 127.950									
18.2 Conversão da empresa de Sociedade Limitada (Ltda.) para Sociedade Anônima (S.A.): A sociedade, anteriormente denominada Sementes São Francisco Ltda, passou por uma reestruturação societária e jurídica e passou a adotar o formato de sociedade anônima, registrada sob o nome de Sementes São Francisco S.A., conforme AGF realizada em 08 de abril de 2024. 18.3 Dividendo: A consolidação do Estatuto Social da Companhia realizada em 30 setembro de 2024, determina que a Companhia irá distribuir como dividendo obrigatório, em cada exercício social, no mínimo 1% do lucro ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas, que estabelece que a remuneração paga ao capital social deve ser destinada a investimento para a formação de reservas legais, no montante de 20% de lucro líquido, ou seja, o lucro remanescente, após dedução das reservas legais e pagamento de dividendo obrigatório, conforme nota explicativa 17. Adicionalmente, entre janeiro e abril de 2024, foram provisionados R\$ 547 de dividendos obrigatórios, conforme nota explicativa 17. Adicionalmente, entre janeiro e abril de 2024, foram provisionados R\$ 13.150 de dividendos adicionais, conforme deliberado em 01 de abril de 2024, em ata de reunião dos sócios não restando saldo de dividendos adicionais provisionados no passivo. 18.4 Destinação da reserva legal: Do lucro líquido do exercício, 5% são destacados para fins de constituição da reserva legal, até que atinja o montante de 20% do capital social da Companhia. 18.5 Reserva de incentivos fiscais: Os incentivos fiscais passaram a ser registrados no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras anuais, constituídos como Reserva de incentivos fiscais" no grupo de "Reserva de lucros". Tem finalidade de aumento de capital ou absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidos as demais reservas lucros. A Companhia goza de incentivos fiscais que reduzem a tributação do ICMS no estado de Goiás, estes passaram a ser tratados como subvenção para investimento a partir da Lei Complementar 160/2017. Os valores relativos à subvenção de ICMS consideradas para investimento conforme Lei 12.973 de 2014, foram excluídos da base de cálculo do IRPJ e CSLL no exercício de 2023. Em contrapartida, os valores reconhecidos a título de Subvenções para Investimentos não serão distribuídos aos acionistas, motivo pelo qual o valor do lucro do período foi transferido para Reservas de Incentivos Fiscais.									
Incentivo fiscal a ser constituído – acumulado 31/12/2023									
Saldo inicial 76.734									
Incentivo fiscal utilizado no exercício 86.108									

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 04 Abril 2025, 08:17:44



Documento: SEMENTES SAO FRANCISCO - DIGITAL.Pdf

Número: 070d95ff-d436-4a3d-83fc-375a3d195081

Data da criação: 04 Abril 2025, 08:17:28

Hash do documento original (SHA256): b03a11d784282a0f53bc262b2b455e3f02c2feb3eae91688bc2c725714631949



Assinaturas

FATURAMENTO@OHOJE.COM.BR

Certificado digital. Verifique se já assinou com [ITI](#) ou [verificador ZapSign](#).

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 070d95ff-d436-4a3d-83fc-375a3d195081, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em [zapsign.com.br](#)

ZapSign 070d95ff-d436-4a3d-83fc-375a3d195081. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.